



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

O SENHOR EDUCAÇÃO

O senhor educação

No mesmo dia em que teve o nome anunciado para comandar a secretaria, o ex-prefeito Marco Tebaldi falou dos desafios que enfrentará na área

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 11, 12 e 13/12/2010



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Destaque	Data: 11/12/10
Assunto: O Senhor Educação		Página: 4

O senhor educação

No mesmo dia em que teve o nome anunciado para comandar a secretaria, o ex-prefeito Marco Tebaldi falou dos desafios que enfrentará na área

Uma demanda de mais de quatro mil vagas para o ensino médio, a falta de cursos profissionalizantes para atender a região Norte e escolas com infraestrutura precária. Esses são apenas alguns dos desafios que o ex-prefeito Marco Antônio Tebaldi (PSDB) irá enfrentar na Secretaria de Educação.

Oficializado ontem no cargo pelo governador eleito Raimundo Colombo (DEM), o ex-prefeito de Joinville abriu mão da cadeira que conquistou em 3 de outubro na Câmara dos Deputados com 100.839 votos. Mais uma vez, trocou o Legislativo pelo Executivo, a exemplo do que fez em 1992, quando se elegeu vereador, mas decidiu aceitar o convite para comandar a Secretaria de Habitação de Joinville.

Nesta entrevista, Marco Tebaldi reitera promessas de Raimundo Colombo e fala que é possível construir uma nova escola em Joinville ainda em 2011. Também defende a compra de vagas de escolas particulares para garantir o ingresso de estudantes em cursos técnicos. Fala em parcerias e se compromete com a criação de premiações aos professores pela produtividade. Quando o assunto é a municipalização do ensino fundamental, garante que será parceiro das prefeituras, uma vez que já esteve do outro lado do balcão.

Ontem, Marco Tebaldi se encontrou com o governador eleito Raimundo Colombo (DEM), em Florianópolis. Aceitou na hora o convite. Na segunda-feira, já tem planos de tomar pé da situação, saber dos números e dos projetos em andamento na Educação. Confira os principais trechos da entrevista.

joao.kamradt@an.com.br

JOÃO KAMRADT



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. <i>destaque</i>	Data: 11/12/2010
Assunto: O senhor educação		Página: 4

O SENHOR EDUCAÇÃO

Meta é trabalhar com os municípios”

Entrevista/Marco Tebaldi

A Notícia – Como o senhor vê a responsabilidade de comandar a Secretaria da Educação?

Marco Tebaldi – Quando assumi a Prefeitura de Joinville, assumi como um engenheiro-prefeito. Saí, sete anos depois, como prefeito-educador, tamanha foi a paixão que tive com a área. Tanto que fiz mais de 400 salas de aula. Além disso, teve o empenho na melhora do corpo docente, com cursos de capacitação. Essa experiência de gestor é que me capacita para ser agora o secretário.

AN – Há necessidade de 4,2 mil vagas no ensino médio durante o dia em Joinville. O senhor acredita que há urgência na construção de mais escolas?

Tebaldi – Eu não sei dos números, até porque é muito recente a minha indicação. Posso dizer que, se for preciso, vamos construir. Só que, antes de se falar em construir, minha ideia é fazer uma grande vistoria, detectar o problema para resolver essas falhas na estrutura e deixar todos os colégios estaduais em condições para que a Vigilância Sanitária não interdite escolas e impossibilite as aulas.

AN – O senhor defende a política de conceder bônus pela produtividade aos professores?

Tebaldi – A ideia deve ser colocada em prática. Podemos usar o exemplo de Joinville: os professores com graduação tinham uma vantagem, com pós-graduação outra e doutorado mais um benefício. O incentivo levou o educador a buscar a especialização. Para valorizarmos os profissionais, não precisamos apenas dar aumento de salário, mas encontrar maneiras de torná-lo feliz. Outro ponto é criar parceria com os municípios para continuar construindo creches. Sabemos que isso é obrigação do governo municipal, mas queremos participar desse processo.

AN – A Educação tem um orçamento de R\$ 2,1 bilhões. E falta de infraestrutura nas escolas...

Tebaldi – Temos um ótimo orçamento. Mas temos que ter consciência de que boa parte disso vai para pagamento de pessoal. E outra parcela já está carimbada. Esses compromissos acabam nos engessando. Acredito que, se bem trabalhado, conseguiremos enxugar gastos.

AN – O futuro governador prometeu que entregaria uma escola para Joinville no primeiro ano de governo. É possível?

Tebaldi – É possível construir, sim. Não vejo por que não. Vamos ver as condições, o orçamento que temos, mas podemos fazer. Raimundo Colombo me falou que a folha cresceu muito e, por



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site:
sed.rct-sc.br
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail:
excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163

isso, vamos ter cuidado maior com a contratação do pessoal.

AN – Quando o senhor estava na Prefeitura de Joinville, reclamava da maneira com que o Estado gerenciava o processo de municipalização do ensino fundamental, dizendo que alunos eram empurrados para o município. Agora, como secretário, o senhor vai manter essa política?

Tebaldi – Como tive esse problema na minha época de prefeito, agora minha meta é trabalhar em parceria com os municípios. Sei das dificuldades das prefeituras em assumir essa quantidade de estudantes. Então, se precisarmos repassar alunos para os municípios, vamos tentar comprar o terreno, construir as escolas. Criar uma infraestrutura mínima para facilitar o repasse.

AN – A UFSC enfrenta problemas para se instalar em Joinville. No âmbito estadual, o que o senhor prevê para a UFSC?

Tebaldi – Não sei. Como não conheço a situação da UFSC, não posso me comprometer ainda.

AN – O senhor tem alguma política para preparar o jovem para o mercado de trabalho?

Tebaldi – Gostaria de implementar um grande programa de profissionalização. Isso seria feito em parceria entre municípios, sindicatos e empresas.

AN – Mas e a curto prazo?

Tebaldi – Uma alternativa que traria resultados imediatos é a compra de vagas em instituições privadas de ensino. Isso daria um fôlego para o Estado.

AN – O nome do senhor sempre figurou como favorito na lista de possíveis secretários, mas quase foi descartado quando Paulo Bauer (PSDB) interferiu na escolha...

Tebaldi – Paulo Bauer tinha na cabeça que eu deveria ser candidato à Prefeitura de Joinville. E queria contar com minha ajuda em Joinville. Mas falei que não é isso que tenho em mente, que não quero mais ser prefeito. Quando entendeu isso, a conversa ficou mais clara.

AN – A nomeação para secretário anula a possibilidade de o senhor concorrer a prefeito?

Tebaldi – Acho que não. Não foi me colocado nenhuma imposição. Fica ao meu critério. Já cumpri minha missão em Joinville, mas não posso falar que não beberei dessa água. Lá na frente, podemos ter a mesma composição que elegeu o governador comigo, ou com outro. Mas meu projeto é ficar na Educação nos próximos quatro anos.

AN – O senhor é crítico ferrenho da gestão de Carlito Merss (PT). Como ficará o relacionamento entre vocês?

Tebaldi – Vamos ter que deixar nossas adversidades de lado para trabalhar por Joinville e pelo Estado. Acima de qualquer divergência política, há uma cidade que necessita de educação.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 13/12/10
Assunto: Escolas ligadas em tempo real		Página: 07

Escolas ligadas em tempo real

Secretaria da Educação adota sistema de informação inédito no Brasil

FLORIANÓPOLIS — Este final de ano letivo está sendo marcado, em Santa Catarina, pela adoção do Sistema Estadual de Registro e Informação Escolar, o chamado Serie Web, que substitui uma versão usada há mais de 10 anos pela DIDH (Diretoria de Desenvolvimento Humano) da Secretaria de Estado da Educação. O sistema tem como atribuição coordenar a folha de pagamento e a lotação dos professores, a transferência de alunos e o histórico das escolas de toda a rede estadual, em parceria com o Ciasc (Centro de Informática e Automação de Santa Catarina). O lançamento será feito às 19h30 de hoje na Expofair, em Blumenau, pelo secretário da Educação, Silvestre Heerd, na abertura do curso de Capacitação para Assistentes de Educação.

Segundo a diretoria da DIDH, Elizete Mello, o sistema é inédito no Brasil e permitirá que todas as 1.280 escolas públicas catarinenses se comuniquem em tempo real. Ele também

facilitará a vida dos pais dos alunos, agilizando processos que anteriormente demandavam mais tempo, trabalho e pessoal por parte da secretaria.

Como os computadores das escolas não eram interligados, o repasse de informações para a secretaria era feito pessoalmente, com um representante da unidade escolar entregando o arquivo em mãos. O mesmo ocorria com um pai que chegasse a uma escola em busca de uma vaga para o filho. Se não tivesse lugar, ele tinha de se deslocar para outras unidades.

O Serie Web vai interligar os computadores das escolas, que poderão se comunicar entre si, disponibilizando todas as informações sobre a existência de vagas nas escolas próximas. “Houve uma ocasião”, lembra a diretora da DIDH, “em que a secretaria chamou um táxi para trazer o computador com os arquivos da gerência de educação de Ibirama para que pudéssemos garantir o pagamento dos professores”.



AGILIDADE

Solução vai impedir que pais de alunos gastem tempo procurando vagas nas escolas.

que todas as 1.280 escolas públicas catarinenses se comuniquem em tempo real. Ele também

Histórias divertidas com o personagem Serinho

Todas as vantagens e inovações do novo sistema vão ser mostradas em três revistinhas que serão lançadas nesta segunda-feira junto com o Serie Web. Elas foram produzidas pela DIDH e são norteadas por um personagem chamado Serinho, que através de histórias divertidas e didáticas conta a evolução dos registros escolares. As revistas são “Serinho em: Caminhos da Família”, “Serinho

em: Vida de Professor” e “Serinho em: Escola na Era Digital”.

O sistema começará a ser usado em caráter experimental, para adaptações e ajustes, a partir de janeiro de 2011. Estará, no entanto, em pleno funcionamento a partir do dia 1º de fevereiro, quando tem início o ano letivo dos servidores da Educação do Estado. Os alunos só retomam as aulas no dia 7 de fevereiro.



Fim dos deslocamentos e do retrabalho

Com o Serie Web será possível receber a transferência de um aluno digitando apenas a matrícula, pois seus dados cadastrais e notas serão carregados automaticamente. “Antes, tudo tinha que ser redigitado. Assistentes e gerentes de educação e nós da secretaria trabalhávamos de madrugada e finais de semana para garantir o pagamento do professor, a distribuição de aulas e alunos e outras obrigações”, diz Elizete Mello.

“O Serie Web evitará contratações, matrículas e deslocamentos desnecessários, tanto por parte do pai quanto da secretaria, e divergências entre o número de mobiliários e imobiliários necessários e erro na carga horária a ser cedida ao professor, por exemplo”, complementa a diretora.



MUDANÇA

Antes, servidores passavam as madrugadas e fins de semana redigitando os dados.

A extração de dados de qualquer uma das escolas não precisará mais passar pela regional de educação, bastando que seja encaminhada à SED.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Dia a dia	Data: 12/12/10
Assunto: Professores		Página: 62

Professores - O resultado do concurso para o processo seletivo de professores temporários (ACT) da rede pública estadual de educação já está disponível no site www.afe.org.br. A Secretaria de Estado da Educação (SED) prevê a contratação de mais de 6 mil profissionais na primeira chamada, no início de 2011.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Dia a dia	Data: 12/12/10
Assunto: Vestibular		Página: 62

Vestibular - A Comissão Permanente do Vestibular (Coperve) recomenda que os inscritos no Vestibular da UFSC 2011 confirmem com antecedência os locais das provas, marcadas para os dias 19, 20 e 21. Além de consultar o site www.vestibular2011.ufsc.br, é bom checar as linhas e horários de ônibus para não perder tempo no deslocamento.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do leitor	Data: 12/12/10
Assunto: Educação		Página: 60

• Educação

Fazendo leitura de alguns jornais e sites na internet, me deparei com a surpresa de alguns com a notícia do ranking do Brasil na educação. Para mim, não foi surpresa alguma. Nesses últimos oito anos, tivemos um presidente que, além de dizer que não gosta de ler, não investiu na educação.

Walter Lemos Filho
Florianópolis



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 13/12/10
Assunto: CNE quer o fim da reprovação até 3º anos do ensino fundamental		Página: Online

CNE quer fim da reprovação até 3.º ano do ensino fundamental

As novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental de nove anos foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Uma das determinações do órgão é que todos os alunos devem ser plenamente alfabetizados até os 8 anos de idade. O CNE ainda “recomenda fortemente” que as escolas não reprovem os alunos até o 3.º ano dessa etapa.

De acordo com a Agência Brasil, o parecer já foi homologado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e deve ser publicado amanhã (14) no Diário Oficial da União. “Nossa orientação é muito clara: todas as crianças têm direito de aprender e as escolas devem assegurar todos os meios para que o letramento ocorra até os 8 anos de idade. Não é uma concepção simplista de que defendemos a aprovação automática”, explica o conselheiro César Callegari, relator do processo.

O parecer recomenda que os três primeiros anos do ensino fundamental sejam considerados um bloco único, um ciclo de aprendizagem. Durante esse período, a escola deve acompanhar o desempenho de cada aluno para garantir que ele seja alfabetizado na idade correta. O texto ressalta que cada criança tem um ritmo diferente nesse processo, que, por isso, deve ser contínuo.

“Assim como há crianças que depois de alguns meses estão alfabetizadas, outras requerem de dois a três anos para consolidar suas aprendizagens básicas, o que tem a ver, muito frequentemente, com seu convívio em ambientes em que os usos sociais da leitura e escrita são intensos ou escassos, assim como com o próprio envolvimento da criança com esses usos sociais na família e em outros locais fora da escola”, diz o documento

“A descontinuidade e a retenção de alunos têm significado um grande mal para o país. Sobretudo para crianças nessa fase, não tem cabimento nenhum atribuir à criança a insuficiência da aprendizagem quando a responsabilidade é da escola”, defende o conselheiro César Callegari.

O parecer determina quais são as disciplinas básicas do ensino fundamental, atualizando o currículo após a criação de leis que tornaram obrigatório, por exemplo, o ensino da música. O próximo passo do conselho, segundo Callegari, será determinar “expectativas de aprendizagem” para cada fase, ou seja, o que cada criança brasileira tem o direito de aprender em cada série ou bloco. O Ministério da Educação (MEC) está trabalhando nisso junto com estados, municípios e pesquisadores.



“Isso tem a ver com a subjetividade do direito, as crianças têm direito não só à educação, mas à aprendizagem. Nós temos que dizer com clareza quais são essas expectativas para que todos se comprometam com a sua realização”, afirma.

O conselheiro acredita que essa definição irá orientar a organização dos currículos, que, na opinião dele, hoje se pautam por avaliações como a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “É uma inversão completa. São os currículos que devem orientar as avaliações e não o contrário. Queremos que as escolas e sistemas de ensino construam seus currículos, mas a partir dessas expectativas. Isso é particularmente importante neste momento em que vivemos uma fragilidade na formação inicial dos professores”, avalia.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. <i>destaque</i>	Data: 11/12/2010
Assunto: O senhor educação		Página: 4

O senhor educação

No mesmo dia em que teve o nome anunciado para comandar a secretaria, o ex-prefeito Marco Tebaldi falou dos desafios que enfrentará na área

Uma demanda de mais de quatro mil vagas para o ensino médio, a falta de cursos profissionalizantes para atender a região Norte e escolas com infraestrutura precária. Esses são apenas alguns dos desafios que o ex-prefeito Marco Antônio Tebaldi (PSDB) irá enfrentar na Secretaria de Educação.

Oficializado ontem no cargo pelo governador eleito Raimundo Colombo (DEM), o ex-prefeito de Joinville abriu mão da cadeira que conquistou em 3 de outubro na Câmara dos Deputados com 100.839 votos. Mais uma vez, trocou o Legislativo pelo Executivo, a exemplo do que fez em 1992, quando se elegeu vereador, mas decidiu aceitar o convite para comandar a Secretaria de Habitação de Joinville.

Nesta entrevista, Marco Tebaldi reitera promessas de Raimundo Colombo e fala que é possível construir uma nova escola em Joinville ainda em 2011. Também defende a compra de vagas de escolas particulares para garantir o ingresso de estudantes em cursos técnicos. Fala em parcerias e se compromete com a criação de premiações aos professores pela produtividade. Quando o assunto é a municipalização do ensino fundamental, garante que será parceiro das prefeituras, uma vez que já esteve do outro lado do balcão.

Ontem, Marco Tebaldi se encontrou com o governador eleito Raimundo Colombo (DEM), em Florianópolis. Aceitou na hora o convite. Na segunda-feira, já tem planos de tomar pé da situação, saber dos números e dos projetos em andamento na Educação. Confira os principais trechos da entrevista.

joao.kamradt@an.com.br

JOÃO KAMRADT

IBM



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 11/12/10
Assunto: As escolas do medo		Página: 21

As escolas do medo

O caso da Escola de Educação Básica Celso Ramos, localizada na Prainha, em Florianópolis, é emblemático. Reflete, em todos os seus assustadores matizes e conseqüências, uma situação que se dissemina, qual virulenta epidemia, por todo o sistema educacional em Santa Catarina. E não só em Santa Catarina, pois sua dimensão é nacional. A escola tem capacidade para atender 1,3 mil alunos, mas apenas 300 a estão frequentando neste final de ano letivo, pois os demais a abandonaram, ou por terem sido vítimas ou por temerem as agressões e atos de violência que se tornaram rotineiros nas suas salas de aula, corredores e pátios. O fato de que, a cada quatro dias letivos, uma escola pública ou particular registra boletim de ocorrência de atos de violência em suas instalações apenas na 6ª DP, que jurisdiciona o Centro da cidade, dimensiona a gravidade do problema.

Em um momento em que todos os padrões educacionais do país estão em queda, como comprovado no resultado de pesquisa internacional divulgada esta semana, e quando a evasão escolar cresce, rapidamente, constatar uma escola ser esvaziada pelo medo raia o absurdo. Baixa qualidade na educação oferecida, drogas e o recuo do poder público, que não provê as comunidades mais carentes de serviços adequados e equipamentos necessários convergem para compor um cenário que estimula a violência crescente em todos os níveis e ambientes, o escolar inclusive.

A solução começa pelo combate às raízes do mal. Mas ela não depende apenas do poder público – que tem que agir e agir já –, depende, também, e em alta dosagem, do comprometimento efetivo das famílias com a educação de seus filhos.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/12/10
Assunto: Conselho recomenda não reprovar aluno até 3º ano		Página: 21

Educação

Conselho recomenda não reprovar aluno até 3º ano Parecer determina que todos os alunos estejam totalmente alfabetizados aos oito anos de idade

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. O órgão recomenda que as escolas não reprovem alunos até o 3º ano do ensino fundamental e determina que todos os alunos devam ser plenamente alfabetizados até os oito anos de idade.

O parecer recomenda que se considere os três primeiros anos do ensino fundamental como bloco único do ciclo de aprendizagem. Nesse período, a escola deve acompanhar o desenvolvimento de cada aluno para garantir que ele seja alfabetizado na idade correta, até oito anos.

Para o relator do parecer, César Callegari, não se trata de defender a aprovação automática.

– Nossa orientação é muito clara: todas as crianças têm direito de aprender e as escolas devem assegurar todos os meios para que o letramento ocorra até os oito anos de idade – explica o relator.

De acordo com o documento, o processo de acompanhamento escolar deve ser contínuo porque cada criança tem um ritmo diferente de aprendizagem, e isso tem a ver com o convívio em ambientes em que os usos sociais da leitura e escrita são intensos ou escassos.

– Essas novas diretrizes, de certo modo, indicam a tendência de discutir o ensino da criança tendo em vista o desenvolvimento do processo socioeducativo – avalia a educadora Anna Julia Rodrigues.

Educadora defende que a criança fique com colegas

A educadora ressalta que a reprovação nessa idade tem que ser revista. Para ela, é importante que a criança fique junto dos colegas no processo de aprendizagem, que se dá de forma coletiva.

– Temos que respeitar o processo de conhecimento e aprendizagem de forma coletiva. O aluno se desenvolve com os colegas e quando um deles fica para trás, a perda no nível de aprendizagem individual e para o grupo é grande.

A melhoria da aprendizagem infantil será um dos muitos desafios do novo governo. O próximo secretário da Educação, Marco Tebaldi, disse que ainda não se inteirou sobre os dados da pasta que irá assumir e nem sobre as medidas do CNE.

– Eu ainda não estou por dentro dos números da educação, mas vamos cumprir as promessas de campanha para aumentar a qualidade da educação no estado – declara o futuro secretário da Educação.

Santa Catarina tem 410.233 alunos matriculados em 1.087 escolas estaduais com ensino fundamental.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.pais	Data: 13/12/2010
Assunto: Até os nove anos sem rodar		Página: 13

NOVAS DIRETRIZES DE ENSINO
Até os nove anos sem rodar

Aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental de nove anos definem que, enquanto estiver sendo alfabetizada, a criança não deverá seguir regras de aprovação. O CNE “recomenda fortemente” que as escolas não reprovem alunos até o 3º ano e assumam a meta de alfabetizar todos até os 8 anos.

O parecer foi homologado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e deve ser publicado amanhã no “Diário Oficial da União”. O parecer recomenda que os três primeiros anos sejam considerados um bloco de aprendizagem. E ressalta que cada criança tem um ritmo diferente, o que exige essa sequência. “A descontinuidade e a retenção de alunos têm significado um grande mal para o País. Sobretudo para crianças nessa fase, não tem cabimento nenhum atribuir à criança a insuficiência da aprendizagem quando a responsabilidade é da escola”, defendeu o conselheiro César Callegari à Agência Brasil.

O parecer estabelece as disciplinas básicas do ensino fundamental, atualizando o currículo após a criação de leis que tornaram obrigatório, por exemplo, o ensino da música. O próximo passo do conselho, segundo Callegari, será determinar “expectativas de aprendizagem” para cada fase, ou seja, o que cada criança tem o direito de aprender em cada série ou bloco. O Ministério da Educação debate o assunto com Estados, municípios e pesquisadores.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 12/12/2010
Assunto: Avaliações a professores		Página: 32

Avaliações a professores

“Enquanto continuarmos nos negando a ser avaliados seremos taxados de(...) patéticos.” Utilizo a mesma frase para reacender o assunto. É coerente explicar que o teor da minha opinião não carrega ideologia partidária, porque sempre fui uma das primeiras a vestir camisa contra a política governista, principalmente no que diz respeito à nossa classe. Tampouco almejo projeção, pois acredito apenas em capacidade produtiva e conhecimentos científicos que podem e devem ser medidos de tempos em tempos, porque se temos diplomas que nos habilitam ensinar, temos de efetivamente o fazer com qualidade e comprometimento.

Apenas algumas ressalvas relativas à avaliação aplicada pela Acafe perduram como indesejáveis, porém inegáveis, de se perceber: as listas de classificação mudaram radicalmente, será que algumas “professuras” com tanto tempo de serviço não se atualizaram nesse período? Opinião do diretor sobre os professores contará ainda como critério na hora da escolha de vaga? Quem encontrou dificuldade em responder à prova da Acafe, será que não precisa rever alguns tópicos da sua formação? Não seria hora de o governo catarinense iniciar avaliações periódicas também com os alunos, para medir o aprendizado?

Acredito muito mais em mudanças graduais e realizáveis, do que em planos mirabolantes e audaciosos, e espero que educação um dia seja levada a sério no País, quiçá no Estado. Aí os bons profissionais brilharão de verdade pelo tempo que lhes couber o mérito.

JEANA ZAGO | PROFESSORA DE HISTORIA DA REDE MUNICIPAL DE CAÇADOR

IBM



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 12/12/10
Assunto: O país dos tiriricas		Página: 22

O PAÍS DOS TIRIRICAS

Estudo divulgado esta semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que o número absoluto de analfabetos com 15 anos ou mais no país caiu 7% entre 2004 e 2009, representando cerca de 1 milhão de iletrados a menos nesse período. Esta poderia ser uma boa notícia, se não tivesse um complemento dramático. O mesmo levantamento, feito a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, sinaliza que o país ainda tem 14 milhões de habitantes dessa faixa etária que não sabem ler e escrever um contingente equivalente à população do Chile.

Por que isso é dramático? Em primeiro lugar, porque essas pessoas que não dominam, minimamente, a linguagem escrita acabam sendo excluídas de muitas oportunidades para ter uma vida digna. Basta atentar para uma outra informação divulgada pelo Ipea, de que 93% dos iletrados brasileiros localizam-se na faixa de renda de até dois salários mínimos. E não passa de sofisma lembrar que pessoas praticamente sem instrução podem fazer sucesso, como foi o caso recente do humorista Tiririca, eleito o deputado federal mais votado do país. Trata-se de uma exceção. Em sua ampla maioria, os analfabetos têm dificuldades de convívio social, sentem-se diminuídos por esta condição e são, naturalmente, excluídos pelo mercado de trabalho, uma vez que testes e entrevistas para emprego baseiam-se, fundamentalmente, na palavra escrita.

Embora o país venha desenvolvendo programas de combate ao analfabetismo, o recente levantamento evidencia a lentidão dos avanços. Se for mantido o ritmo registrado nos últimos cinco anos, o Brasil não conseguirá alcançar a taxa prevista na Conferência Mundial de Educação de Dacar, de 6,7% em 2015 – meta resultante do acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Para recuperar o tempo perdido, o ministro Fernando Haddad, da Educação, está pedindo o apoio dos prefeitos de municípios localizados nas áreas rurais, onde as taxas de analfabetismo adulto são maiores.

A verdade é que as políticas públicas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos não estão apresentando resultados satisfatórios, especialmente em decorrência de questões socioeconômicas, já que a maioria dos estudantes tem dificuldade para conciliar trabalho, sustento da família e estudo. Um dado especialmente alarmante é o de que a maternidade precoce chega a afetar um terço das meninas de 15 a 17 anos que estão fora da escola.

O que fazer? Além de revigorar o programa de educação de jovens e adultos, com currículos mais atraentes e alternativas de formação profissional, o país precisa fortalecer a visão de que a escola é o melhor caminho para o desenvolvimento individual e para a construção de um país melhor. Também é importante desenvolver a ideia de que a educação não é apenas dever de governo, mas sim de Estado e da sociedade, sendo indispensável um maior envolvimento das famílias com a escola.



Por mais respeito que o deputado-humorista mereça, não podemos nos tornar um país de Tiriricas, que dependem da benevolência alheia ou de apadrinhamento político para ocuparem seus espaços no mundo.

O editorial acima foi publicado antecipadamente no site do Diário Catarinense. Os demais comentários de leitores sobre a opinião desta página estão no endereço eletrônico diario.com.br

O leitor concorda

Este editorial poderia ter sido publicado antes das eleições. Para quem circula pelo meio acadêmico, a impressão é que dinheiro não é problema. Mas não é isso que acontece no ensino fundamental e médio, com escolas em mau estado de conservação, professores desmotivados e violência cometida pelos alunos, sem previsão de melhoria. Parece que o investimento em educação se assemelha a uma pirâmide invertida: pouca atenção é dada ao início do percurso educacional e muita atenção e investimento para o fim da trajetória educativa. Talvez seja porque crianças e adolescentes não votam

Estela Carvalho
Florianópolis

Concordo plenamente com os argumentos apresentados no editorial. Vivemos num país de extremas desigualdades sociais. E como dizia Sêneca: “A educação exige maiores cuidados porque influi sobre toda a vida.” Certamente, se referia à educação no seio familiar, comunitário e educacional. Além dos segmentos citados, compete aos governantes priorizar e investir seriamente na educação, contemplando os professores com salários dignos e programas de formação continuada. Somente através de uma educação eficiente, inclusiva, com cidadãos preparados, conscientes do seu papel na sociedade, conquistaremos um país mais próspero social, econômica, ecológica e culturalmente.

Maria Dirksen Braatz
Presidente Getúlio

O editorial da RBS é sério e oportuno. Lamentavelmente, as escolas (públicas e privadas) viraram depósitos de filhos oriundos de famílias desestruturadas (pobres ou ricas), nas quais os pais “sem tempo” são omissos na sua educação. À escola compete a formação. Pobre professor! A família precisa voltar a ser família, a base de tudo. E que cresçam os investimentos na educação. Família, comunidade e Estado são responsáveis pela formação do novo cidadão brasileiro. Assim, os Tiriricas ficam em outro palco.

Saulo Assis Stefanello
Florianópolis

Clipping

CNTE

Tiririca e a educação nacional (Artigo)

» Data: 13/12/2010
» Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - DF
» Editoria: OPINIÃO
» Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

João Batista Araújo e Oliveira

Presidente do Instituto Alfa e Beto

O Ministério da Educação (MEC) e o Tribunal Eleitoral têm muito a aprender um com o outro. O segundo pode ensinar ao primeiro o que significa alfabetizar. Já o MEC deve mostrar ao tribunal o que é compreender um texto. Essa troca de informações sem dúvida contribuirá para melhorar a educação e o nível dos nossos políticos. Na agenda pós-eleitoral, uma nova avaliação: a prova do Tiririca.

Conforme noticiou a imprensa, foi determinada a realização de uma prova de leitura e ditado ao recém-eleito vencedor das urnas. Nada mais acertado. Qualquer cidadão sabe que essa é a prova de fogo da alfabetização: escreveu não leu, o pau comeu! Ler e escrever se avaliam com instrumentos tão simples quanto um ditado e leitura de um texto corriqueiro. Qualquer pessoa alfabetizada é capaz de montar, aplicar e corrigir uma prova dessas.

A educação no Brasil teria enormes chances de melhorar se o MEC e as secretarias de Educação fizessem, com a mesma presteza, essa checagem no fim do 1º ano do ensino fundamental. Pena que a imposição ao Tiririca não se estenda às instituições que elaboram testes de alfabetização e às faculdades que formam nossos professores, e que, há décadas, deixaram de formar professores alfabetizadores. A alfabetização das crianças é o primeiro gargalo da educação no país. É o primeiro passo a ser conquistado em qualquer nação que pratica educação de qualidade.

Infelizmente, cerca de 50% das crianças do 5º ano do ensino fundamental não passariam no teste do Tiririca. O mais grave: nunca foram submetidas, de fato, a uma prova como essa agora proposta. No lugar dos mirabolantes testes de alfabetização que andam por aí, se isso tivesse ocorrido, viveríamos em outro país. Pesquisas do Instituto Montenegro mostram que apenas 30% dos adultos de qualquer nível de escolaridade conseguem compreender o que está escrito nos textos do cotidiano.

Alfabetizar é isso: ser capaz de ler e escrever qualquer palavra da língua. A pessoa deve ser capaz de grafar as palavras, de forma legível e respeitando as regras da representação fonética e ortográfica. Se o aplicador do teste ditar "é ladrão de mulher", Tiririca não poderá escrever "muié", sob o risco de perder o seu registro. Se ditar "ficha limpa", não vale escrever "fixa limpa". Na leitura, é preciso que o ouvinte entenda o que foi lido - e isso exige um mínimo de fluência, e não apenas a capacidade de ler silabando ou ler palavras: Ho-je/é/di-a/de/cir-co!

Se houvesse um padrão mínimo na educação nacional, seria exigido - e bastaria isso - dos candidatos um diploma de determinado nível de ensino, da mesma forma que qualquer empregador sabe o que significa um diploma do Senai, quando recruta um trabalhador na indústria. Hoje, o documento de conclusão de ensino fundamental ou mesmo de ensino médio não garante que o portador sabe ler e escrever. Muito menos se compreende o que lê.

Compreensão na leitura é o mínimo que se pode esperar de um legislador, ainda que seja um legislador oriundo do povo. Ninguém ignora que adultos analfabetos são capazes de compreender muita coisa. Mas na sociedade do conhecimento é preciso ir muito mais além. Aprender sozinho, lendo, refletindo e se expressando por escrito, é requisito mínimo do século passado e já estamos na segunda década do século 21.

As orientações do MEC nas últimas décadas têm insistido na questão da compreensão, mas suas recomendações ignoram dois componentes básicos para que ocorra. Primeiro, que o aluno seja alfabetizado, que saiba ler e escrever. Segundo, que entenda a estrutura de sua língua, que saiba usar a gramática, que não tenha dúvidas a respeito da diferença entre os que "foram" e os que "forem" alfabetizados ou condenados pela Justiça. Só esses terão uma ficha limpa da educação. Tiririca, obrigado pela lição que seu julgamento oferece ao Brasil!

Clipping

CNTE

Analfabeto absoluto ou funcional (Artigo)

• Data: 13/12/2010
• Veículo: O POPULAR - GO
• Editoria: OPINIÃO
• Jornalista(s): Altamir Vieira
• Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR
OUTROS

Tamanho da fonte

Altamir Vieira

O palhaço Tiririca, o deputado federal mais votado do País, foi acusado de não saber ler e escrever, embora tenha declarado ser alfabetizado ao requerer o registro de sua candidatura pelo PR-SP. No teste, o cidadão Francisco Everardo Oliveira Silva não acertou nem 30% do ditado, mas a Justiça Eleitoral de São Paulo não o considera analfabeto.

Certo ou errado, considerando que os alunos das escolas públicas brasileiras não estão tendo o aprendizado adequado, o Movimento Todos pela Educação estabeleceu, entre outras metas que devem ser cumpridas até 2022, que toda criança deve estar plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade. Como nenhuma das séries avaliadas está próxima da meta estabelecida, se a evolução continuar nesse ritmo o Brasil só vai atingi-la em 2050. E olhe lá.

Dos estudantes que terminam o 3º ano do ensino médio, muitos não sabem o conteúdo apropriado da matemática ou da língua portuguesa. Sabem o motivo? O ensino médio recebe um dos menores investimentos do governo por estudante.

Em Goiás, gasta-se com cada aluno da educação básica menos que a média nacional, que é de R\$ 2.948. Goiás aplica R\$ 2.691,80, enquanto em Sergipe o gasto é de R\$ 3.111,59.

Quanto ao número de crianças e jovens frequentando escolas, o Estado com 88,7% fica abaixo da meta estipulada para o ano de 2009, que é de 91,8%. Diante desse quadro, Goiás não poderia aparecer bem na foto. Além da situação física das escolas, essa realidade da Educação estadual só será alterada, segundo os técnicos, quando os professores forem valorizados com salários dignos.

Na verdade, o palhaço não tem culpa da situação do País e da omissão dos governantes para com a Educação. Como disse o juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, Aloísio Sérgio Rezende, "a Justiça Eleitoral tem considerado inelegíveis apenas os analfabetos absolutos e não os funcionais."

Tiririca passou no vestibular da filiação partidária, colou grau nas urnas e deve ter ficha limpa, ao contrário de muitos que dominam a política por aí. Então, deixem o homem receber o diploma e ser empossado como representante do povo que, bem ou mal, lhe deu essa votação. Com Tiririca, pior não fica.

Altamir Vieira é jornalista

Clipping

CNTE

A educação está no rumo certo? (Artigo)

➤ Data: 13/12/2010
➤ Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
➤ Editoria: OPINIÃO
➤ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

João Batista Araujo e Oliveira

A cobrança é uma função da sociedade e inexistente na escola pública.

A presidente eleita Dilma Rousseff declarou que a Educação no Brasil está devidamente equacionada. Cabe examinar, portanto, se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é portador de uma agenda de futuro, levando à conquista de novos patamares. Parece que não.

Em que consiste o PDE? Em um conjunto de propostas com recursos e metas de atendimento. Engloba projetos diferenciados, que vão da construção de creches ao apoio aos alunos do ensino superior, passando por merenda, transportes, materiais didáticos, informática, escolas técnicas, cursos a distância, provinha Brasil de alfabetização, formação de professores, assistência social, assistência à saúde e educação no campo. Individualmente, os projetos podem vir a ter maior ou menor eficácia. Sua simples existência, sem dúvida, guarda méritos, pois organiza a ação do Ministério da Educação, reduz o balcão de ações pontuais e estimula um mínimo grau de planejamento pelos Estados e municípios. Mas nada garante que essas ações surtirão efeitos sistemáticos e duradouros nos fundamentos que asseguram educação com equidade e qualidade.

Cabe registrar um aspecto extremamente positivo no PDE: as metas para melhoria de qualidade, que são avaliadas por meio da Prova Brasil. Concordemos ou não com as metas, elas mexeram com o país e trouxeram transparência ao setor: agora é preciso mostrar resultados. Hoje, há pelo menos algumas dezenas - talvez centenas - de prefeitos que começam a se preocupar com as notas dos alunos nessa prova. Só isso já justificaria a passagem do ministro Fernando Haddad pelo MEC.

A observação do que vem ocorrendo desde a implementação da Prova Brasil, e especialmente as explicações que são dadas para eventuais avanços nessa prova, demonstram que ainda não aprendemos a estabelecer uma relação correta entre meios e fins. Não aprendemos a identificar as variáveis críticas que podem contribuir para colocar o país numa trajetória de qualidade. As próprias ações do Plano de Desenvolvimento da Educação reforçam a crença de que fazer alguma coisa, ou muita coisa, é melhor do que não fazer nada.

É preciso atenuar as fortes limitações gerenciais das escolas e rede de ensino e a má formação de professores

Talvez no estágio atual, em que os indicadores ainda são muito baixos, isso funcione. É o conhecido efeito Hawthorne ou efeito novidade. Um pouco de atenção e a instauração de melhorias e moralidade na gestão, com certeza, explicam alguns avanços. Mas não nos levará ao pódio.

As reformas educacionais empreendidas em outros países e a estrutura que rege o funcionamento dos sistemas de ensino com elevado desempenho educacional mostram que, para melhorar, são necessárias outras condicionantes. Algumas dessas, alvo de políticas públicas: programas de ensino claros e exequíveis, professores bem formados, meios administrativos e financeiros para a escola funcionar e avaliação externa de preferência associada a algum tipo de transparência ou incentivo. A pressão social também é outra condicionante. A cobrança social sobre a Educação é função da sociedade, e inexistente no caso da escola pública no Brasil.

Na escola, as condições dependem, fundamentalmente, do exercício da liderança pelo diretor e das consequências de sua atuação. Nos países que alcançaram ou superaram a média do PISA, que é o termômetro internacional de qualidade da educação, a educação funciona assim. E naqueles que integram esse ranking, as reformas educativas foram feitas de maneira progressiva, ao longo de décadas, começando de baixo para cima. Nenhum tentou fazer tudo ao mesmo tempo. O primeiro requisito da reforma é suprir as escolas com professores bem formados. O segundo é assegurar ao diretor da mesma os meios, a autoridade e o poder para exercer o seu trabalho - os graus de autonomia variam nos diferentes países.

A eficácia de uma reforma se mede não apenas pela média no PISA, mas pela distribuição das notas das escolas. Essa é a medida da equidade: nos países desenvolvidos, a média das escolas é bastante semelhante: isso reflete a existência de um padrão de ensino. No Brasil, a gigantesca dispersão dos resultados entre escolas públicas aponta a falência das ações empreendidas pelas redes de ensino. Ademais, em vez de pacto, temos uma bagunça

federativa, em que cada nível atua diretamente na escola, mas não se compenetra das ações que lhe são próprias.

O desafio de uma reforma educativa no Brasil requer uma ação em dois tempos. De um lado, e no curto e médio prazos, são necessárias medidas para atenuar as fortes limitações gerenciais das escolas e redes de ensino, bem como as limitações ainda mais fortes decorrentes da precária formação de professores. Há medidas bem conhecidas para isso, nada a ver com o PDE. De outro, para o longo prazo, uma reforma só começará a mudar o vetor da qualidade quando o país for capaz de implementar uma política de atração e manutenção de jovens altamente qualificados no magistério.

Vale registrar que todas essas iniciativas deverão ser implementadas em contexto corroído pelas pressões corporativistas e de cunho ideológico, além de totalmente alheio às evidências científicas sobre o que efetivamente funciona em Educação. Até lá, teremos apenas remendos. Pensando bem, mesmo como remendo necessitamos de algo muito mais focado e robusto do que o que hoje existe no PDE.

João Batista Araujo e Oliveira presidente do Instituto Alfa e Beto

Clipping

CNTE

12/12/2010 - Valorização do professor é eixo central do novo Plano Nacional de Educação, diz Haddad

- Data: 12/12/2010
- Veículo: AGÊNCIA BRASIL
- Editoria:
- Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Brasília - O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou hoje (13) que a valorização do professor será o eixo central do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que deve ser entregue pelo governo ao Congresso Nacional na próxima quarta-feira (16).

Durante participação no programa Café com o Presidente, Haddad afirmou que o texto terá metas para cada etapa da educação, desde a infantil até a profissional. Mas, segundo ele, a próxima década precisa ser do professor.

"O professor brasileiro ainda ganha, em média, 60% do que ganham os demais profissionais de nível superior, e nós queremos encurtar essa distância para que a carreira do magistério não perca talentos para as demais profissões", disse.

O ministro lembrou que, na semana passada, dados do Programa Internacional de Avaliação Estudantil (Pisa) indicaram que o Brasil foi o terceiro país avaliado que mais evoluiu na qualidade da educação - ficando atrás de Luxemburgo e do Chile.

Para Haddad, o estudo demonstra que a educação brasileira está "no rumo certo", crescendo em quantidade mas também em qualidade. "Agora, trata-se de acelerar o passo", concluiu.

Edição: Graça Adjuto

Clipping

CNTE

Os muitos nós por desatar na educação

• Data: 13/12/2010
• Veículo: CORREIO BRAZILIENSE - DF
• Editoria: POLÍTICA
• Jornalista(s): Larissa Leite, Igor Silveira
• Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Garantir financiamento adequado, extinguir o analfabetismo e incentivar e qualificar professores são alguns obstáculos da área na gestão de Dilma

Larissa Leite

Igor Silveira

Atual titular da Educação, Fernando Haddad lidera a lista de cotados para comandar a pasta durante o governo de Dilma Rousseff

O Congresso aguarda, ainda este ano, um documento que - ao lado da definição do Orçamento - irá nortear a educação brasileira: o Plano Nacional de Educação (PNE). No primeiro ano de mandato, a presidente eleita, Dilma Rousseff, tem o desafio de investir, conforme previsto em uma das 20 metas do texto, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. O valor é 2,5 pontos percentuais superior aos investimentos feitos atualmente, ainda que seja tímido em relação a grande parte dos países desenvolvidos, que injetam mais de 10% do PIB.

De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, que tem boas chances de permanecer à frente da pasta na gestão de Dilma, o cumprimento da previsão dos 7% tem caráter não urgente e estratégico. "Esse percentual tem uma carga simbólica grande, pelo fato de ter sido o dispositivo vetado do plano atual", afirmou Haddad.

Segundo o ministro, a prioridade de investimento no ano que vem será na educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Apesar de o planejamento para o próximo ano ter o foco nesse nicho, o investimento por estudante na educação superior ainda é cinco vezes maior do que o investimento por estudante na educação básica.

Uma das tarefas adicionais de Haddad é conseguir devolver credibilidade ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), principal pedra no sapato do ministro. As duas últimas edições da avaliação que pretende servir como forma de acesso ao ensino superior para milhões de alunos tiveram problemas. Em uma delas, em 2009, o exame vazou da gráfica em que estava sendo impresso. Neste ano, o texto de muitas das provas tinha imprecisões suficientes para que a avaliação acabasse suspensa pela Justiça.

Tópicos

Ainda que venha aumentando desde 2003, o Orçamento - e sua forma de aplicação - é considerado um dos entraves para a melhoria do retrato da educação no Brasil, onde o índice de analfabetismo atinge 9,3% da população com 15 anos ou mais. O orçamento da pasta em 2003 era de R\$ 19,1 bilhões. Em 2010, passou para R\$ 51 bilhões. O autorizado para 2011 é de R\$ 65,2 bilhões.

Mozart Neves Ramos é conselheiro do movimento Todos pela Educação e professor da Universidade Federal de Pernambuco. Para ele, a principal iniciativa do governo, em 2011, precisa ir no sentido de valorizar o professor, não só nos salários, mas nas condições de trabalho e no plano de carreira.

"Lamentavelmente, a larga maioria dos jovens não quer ser professor no Brasil e os que são formados no país estão desarticulados com a realidade das escolas públicas. Sou educador e posso dizer que, mais importante que o salário inicial, é a valorização da carreira. A gestão atual fez bastante pela educação básica, mas faltaram dois tópicos para que a gestão seja melhor: manter a mesma mobilização inicial nos estados na melhoria da educação básica e criar um novo modelo de gestão na educação superior, porque o modelo em funcionamento é arcaico", defende Ramos.

Emenda

Em relação à destinação de verbas, um dos principais incrementos para a educação virá, a partir de 2011, da aprovação da Emenda Constitucional nº 59, que determinou o fim gradual da desvinculação das receitas da União (DRU) das verbas federais da educação. O MEC chegou a considerar a medida o maior avanço do setor desde a constituinte de 1988.

O fim da DRU significa, na prática, cerca de R\$ 10 bilhões a mais por ano no ministério, a iniciar em 2011. Segundo integrantes da pasta ouvidos pela reportagem, a DRU retirou da Educação mais de 20% dos recursos, o que significa, em 14 anos (1995 a 2008), cerca de R\$ 100 bilhões. A obrigatoriedade de estabelecer metas de aplicação das verbas públicas em educação, proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB), também foi conquistada pela Emenda 59.

Fundef e Fundeb

A ampliação de fontes de financiamento foi uma das conquistas do atual governo relacionada a investimentos que deve ter continuidade no governo Dilma. O Fundef, que financiava o ensino fundamental, foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que financia toda a educação básica. Os repasses da União para o Fundef em 2002 foram de R\$ 430 milhões. Em 2010, com o Fundeb, alcançaram R\$ 8 bilhões.

Clipping

CNTE

Educação: o octogenário erro do Brasil

› Data: 13/12/2010
› Veículo: IMIRANTE.COM - MA
› Editoria:
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

1930 - 2010 - A primeira década (1930) é a da criação do Ministério da educação do Brasil, quando, já na segunda década, foi criado o Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura do Brasil chefiado por Mário Augusto Teixeira de Freitas, o futuro fundador do IBGE.

Em seu último trabalho, Teixeira de Freitas concluiu que 60% dos jovens já na década de 30 tinham acesso à escola, e que a taxa de repetência era 60% para uma escolaridade obrigatória de três séries, onde as crianças permaneciam em média 3,7 anos freqüentando a escola, mas só 45% delas concluíam a 3ª série. Propôs que em vez de aumentar o número de escolas, "o governo melhorava às existentes" - foi demitido! De lá até aqui no fechamento da primeira década do século XXI o Banco Mundial decreta: o Brasil perde a cada oito anos 50% da sua matrícula linear do Ensino Fundamental brasileiro o que significa que de 1930 até aqui reduzimos 5% da repetência escolar proporcional a população estudantil de hoje.

E de lá para cá, a nossa "praga decenal" tem-nos perseguidos até aqui, pois a cada dez anos engendramos um novo plano educacional para o país e sempre apoiados nas falsas estatísticas emanadas pelos órgãos responsáveis por esses indicadores como IBGE, o FNDE e o Censo Escolar que faz produzir deformações ao longo de todo o processo, "acesso, meio e fim" como também foi reafirmado por Anísio Teixeira um dos maiores educadores desse país em 1950, vinte anos depois, Anísio foi o criador da Escola Parque na Bahia, autor da primeira LDB do país a 4.024/61 e fundador do INEP, o nosso Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais hoje o maior instituto dos indicadores educacionais do Brasil e nosso principal norteador.

Em 1970, nessa década, o MEC adota as sugestões da Unesco um novo modelo de fluxo escolar, mas que ainda produz "deformação", mais ainda, corrupção, pois os gestores inflam nossas estatísticas educacionais com a finalidade de serem aquinhoados com mais recursos.

Bem, síntese desse artigo trabalho - construir escola deixar de ser prioridade para o Brasil. Melhorar a utilização das existentes, voltando lá atrás nas estatísticas de Teixeira de Freitas em 1931. Ademais, não custa relembrar o fenômeno da "juventude minguante do Brasil" termo utilizado num seminário de educação no Brasil realizado na cidade de Teresina Piauí pelo reitor da Universidade de Salamanca o Sr. De La Royo em 2008.

Cuidado! Muito cuidado! Com os "Icebergs" das pesquisas educacionais do Brasil, pois, nós, os brasileiros, estamos fazendo um esforço danado para nos educarmos, mas os governos e as escolas é que não ajudam. Basta ver nossas salas ociosas da escola do ensino médio, Maria do Carmo Bezerra Paiva no município de Caxias. Construída sem observância aos censos educacionais do Brasil, usada como troca de moeda eleitoral "2006" essa escola amarga, evasão escolar, abandono, e subutilização, pois das oitocentas e dez vagas disponibilizadas em três turnos, utilizamos menos de 150 - não há país que agüente.

E, essas falsas estatísticas, permeiam por ai a fora, o censo do IBGE 2010 denuncia 155.000 almas a população dessa municipalidade, alinhando no atendimento a creche integral apenas 41 crianças (parece praga, refêns de uma politização e partidarização do processo da educação municipal do Brasil) e pior ainda o próprio Banco Mundial nas pesquisas mais atuais sinalizam que a matrícula líquida do Brasil na Educação Média é uma das piores em média a todos os países do mundo até para a América do Sul. - o que não impede que esta mesma gestão municipal de educação seja premiada com "Selo Unicef e prefeito amigo da criança da Fundação ABRINQ" premiações sugeridas aos municípios, às gestões que tem relevância na priorização da Educação Infantil do Brasil. - extrato dessas conclusões estão nos estudos juventude do Brasil - BM e considerações para o Brasil da Fundação Banco Itau que sugerem ao Brasil, os mesmos planos educacionais desenvolvidos na cidade de Nova York Estados Unidos. - não as pesquisas!

Especialista em educação tecnológica do Movimento Educacionista do Brasil

Clipping**CNTE****12/12/2010 - Lula diz que envia quarta-feira ao Congresso novo Plano Nacional de Educação**

➤ Data: 12/12/2010
➤ Veículo: AGÊNCIA BRASIL
➤ Editoria:
➤ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Paula Laboissière

Repórter da Agência Brasil

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou hoje (13) que vai enviar o novo Plano Nacional de Educação (PNE) ao Congresso Nacional na próxima quarta-feira (15). "Estaremos deixando público o compromisso do governo brasileiro até 2020", disse em seu programa semanal Café com o Presidente.

Entidades da área educacional já haviam pedido urgência na divulgação do texto. Uma carta foi enviada ao Ministério da Educação (MEC) e à Presidência da República para que o projeto fosse encaminhado ao Congresso Nacional antes do recesso parlamentar, que deve começar nesta semana, logo que for votado o Orçamento de 2011.

Lula lembrou que o novo PNE não deve ser visto como um programa de governo, uma vez que tem a duração de dez anos. "O que é importante é que as metas são ambiciosas", disse, ao citar a previsão de chegar a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) investidos em educação até 2020.

"[A qualidade da educação] é um desafio para a futura presidenta do Brasil, a companheira Dilma Rousseff. É um desafio para quem for escolhido por ela para ser ministro da Educação", afirmou.

Lula destacou os investimentos em educação superior feitos nos últimos oito anos, mas avaliou que é preciso, a partir de agora, "mais ousadia" no ensino fundamental.

O atual Plano Nacional de Educação vigora até 31 de dezembro.

Edição: Graça Adjuto



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 13/12/10
Assunto: Aprovadas compensação de perdas de recursos para a educação		Página: Online

Aprovada compensação de perdas de recursos para a educação

A União, os estados e os municípios poderão ser obrigados a ressarcir as perdas do orçamento para a área de educação geradas por renúncias fiscais. A proposta que regulamenta essas compensações (PL 6266/09), do deputado Ivan Valente (Psol-SP), foi aprovada na última quarta-feira (8) pela Comissão de Educação e Cultura.

Segundo a Agência Câmara, o texto estabelece que o cálculo das perdas deverá ser feito até o fim do ano em que tiver sido concedida a isenção.

O relator da proposta, deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), acredita que é fundamental tornar compulsória a compensação das verbas para a educação, prevista no artigo 212 da Constituição. O texto constitucional determina que a União aplique 18% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Estados, municípios e o Distrito Federal devem aplicar 25% da arrecadação de impostos somada às transferências recebidas.

Na avaliação de Santiago, o repasse dos percentuais constitucionais é o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. O problema, na visão dele, é que o valor repassado é calculado a partir do total efetivamente arrecadado, já descontadas as isenções, diminuindo os recursos para a educação.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 13/12/10
Assunto: Inep encerra envio de convites para que alunos façam nova prova		Página: Online

Inep encerra envio de convites para que alunos façam nova prova

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) terminou na noite de sexta-feira (10), o processo de convite para os alunos prejudicados por erros de impressão no caderno de questões da cor amarela, na prova de ciências humanas e suas tecnologias e ciências da natureza e suas tecnologias, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicada no dia 6 de novembro passado.

A partir dos dados fornecidos pelo consórcio Cespe-Cesgranrio apurados nas atas dos 116.626 locais de prova, foram expedidos mais de 9,5 mil convites por e-mail, SMS e telegrama, para que esses estudantes respondam a nova prova na próxima quarta-feira (15), às 13 horas, horário de Brasília.

Esses estudantes poderão consultar os locais onde a prova será reaplicada na página do Inep na internet, utilizando senha e CPF. Ninguém é obrigado a realizar essa nova prova. Quem não comparecer terá corrigida a prova anterior.

Os estudantes que solicitarem terão à disposição uma declaração de comparecimento para justificar a ausência ao trabalho.

Os estados do Paraná e Santa Catarina possuem mais de 60% dos alunos que foram prejudicados com erros de impressão na prova amarela.

Em Santa Catarina a prova será reaplicada em 42 municípios. A maior ocorrência foi nos municípios de Chapecó e Concórdia. No Paraná, a nova prova será reaplicada em seis municípios, sendo que 95% dos casos ocorreram em Curitiba.

A nova prova será aplicada em 17 estados da federação: Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Sergipe, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, Tocantins, Goiás, São Paulo e Amazonas.

Os estudantes que, por qualquer motivo, foram convidados e não tiveram problemas com a prova amarela, ou realizaram provas de outra cor, devem simplesmente desconsiderar o convite.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 12/12/10
Assunto: Enem 2010		Página: 45

MEC chama gente a mais para a prova

O Ministério da Educação admitiu, na sexta-feira, que pode ter chamado para refazer o Enem alunos que não foram prejudicados na primeira aplicação da prova.

Em nota, a pasta disse que “os estudantes que, por qualquer motivo, foram convidados e não tiveram problemas (...) devem simplesmente desconsiderar o convite”.

O chamado, porém, abre a possibilidade para que refaçam o exame alunos que não tiveram prejuízo com os problemas da primeira prova, mas que ficaram insatisfeitos com seus desempenhos. Há relatos de candidatos convocados sem necessidade em SC e no ES.

– Convocar quem não foi prejudicado fere a isonomia da prova – diz o defensor público André Ordacgy.

O novo exame será feito na quarta-feira. Mais de 9,5 mil alunos foram convidados. A contagem inicial era de 2,8 mil, mas o número cresceu após a reavaliação das atas das salas em que houve prova.

Os excedentes podem ter sido incluídos por erro. Quem foi convidado não precisa comparecer. Nesse caso, valerá a prova anterior.

Em princípio, seria chamado apenas o candidato que recebeu a prova amarela de sábado com erro de impressão, não recebeu novo caderno de questões e teve o caso registrado em ata. Paraná e Santa Catarina concentram mais de 60% dos prejudicados com erros de impressão na prova.

Apesar de o número de convocações ter sido maior do que o esperado, há alunos que se sentiram lesados e reclamam que não foram chamados para a reaplicação. O MEC afirma que terminou na sexta-feira de contatar todos os alunos.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.pais	Data: 12/12/2010
Assunto: Ficou para quarta-feira mesmo		Página: 18

NOVA PROVA DO ENEM

Ficou para quarta-feira mesmo

Por enquanto, está mantida para quarta-feira, a partir das 13 horas, a prova de ciências humanas e da natureza que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aplicará novamente em cerca de 9,5 mil estudantes prejudicados em novembro durante o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Justiça Federal no Rio de Janeiro negou, na noite de sexta, o pedido para remarcar a nova prova. A ação havia sido ajuizada na quinta-feira pela Defensoria Pública da União, órgão público que reúne advogados indicados gratuitamente aos cidadãos.

Segundo a juíza Aline Araújo, a defensoria não poderia ter sido autora da ação porque suas atribuições limitam-se a defender o direito dos necessitados. A juíza lembra que ações idênticas haviam sido ajuizadas pela defensoria no Paraná e em Minas Gerais, pedidos cancelados em favor da Justiça Federal do Ceará, onde ocorreram os primeiros fatos jurídicos relativos à reaplicação do exame.

Na ação, o defensor público André Ordacgy alegava que quarta é um dia de trabalho, e que na data serão aplicadas provas do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e da Universidade Federal do Piauí. Ele pedia que a prova fosse no sábado, quando ocorre o vestibular da Universidade de Brasília. A prova será aplicada em cerca de 200 cidades, 42 delas catarinenses.

E pode não ser tudo. No Ceará, a Justiça Federal deu direito de refazer a prova a um estudante que se sentiu prejudicado devido à inversão da ordem do cabeçalho do cartão-resposta – motivo diferente do que motivou a nova prova. O candidato alegou ter perdido 30 minutos com a troca do cabeçalho.

IBM



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Dia a dia	Data: 13/12/10
Assunto: Universidade		Página: 34

Universidade - Estudantes que tenham feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2008, 2009 ou 2010 podem concorrer a vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). As inscrições são gratuitas e as vagas são para todos os campi. Informações no site www.univali.br/enem.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Dia a dia	Data: 11/12/10
Assunto: Enem 2010		Página: 22

Inep convida 9,5 mil candidatos para prova

O Inep confirmou, ontem, que o número de convites feitos para alunos refazerem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no dia 15 passa dos 9,5 mil. Segundo o órgão que organiza o exame, todos os alunos foram contatados. O número é bem acima do divulgado inicialmente. Até ontem, o MEC confirmava ter identificado apenas 2.817 alunos que preenchessem os pré-requisitos que davam direito à nova prova. No entanto, ao divulgar que a prova seria reaplicada em 218 cidades de 17 Estados, a pasta confirmou que o problema era mais disseminado.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/12/10
Assunto: Mais 2 mil bolsas de mestrado e doutorado		Página: 25

Mais 2 mil bolsas de mestrado e doutorado

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou um aumento de 2 mil novas bolsas de mestrado e doutorado, que passam a valer a partir de março do próximo ano. Isso significa um crescimento de 10% no número de bolsas – atualmente, 9.765 estudantes são beneficiados pelo conselho. As novas bolsas do CNPq devem ser concedidas aos cursos em forma de cotas. Para mais informações, basta consultar o site do CNPq: www.cnpq.br/normas/rn-06-017-anexo4.htm.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 13/12/10
Assunto: Educação		Página: 32

Educação

Se o sr Walter Lemos Filho diz que o último governo não investiu em educação, oriento o leitor a pesquisar quantos campi foram criados no governo Lula, quantos cursos novos foram criados e o aumento no número de vagas nas escolas técnicas e de nível superior. Agora, peço que compare com os investimentos em educação na era FHC. Depois, escreva na coluna do leitor sua pesquisa. Iludir os leitores, jamais!



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Estado	Data: 11 e 12/12/10
Assunto: Catarinense conquista prêmio		Página: 13

Catarinense conquista prêmio

Aluna da Unisul venceu o Ibero-americano de Melhor Projeto Inovador

FLORIANÓPOLIS — Djali Avelino Valois, estudante do curso de relações internacionais na Unisul, recebeu o Prêmio Ibero-Americano de Melhor Projeto Inovador, na categoria Empreendimentos Sociais e Ambientais. Djali e os outros três vencedores da primeira edição do concurso receberam 100 mil euros em prêmios, em Mar Del Plata (Argentina).

Djali apresentou o projeto Ciência Lúdica, que consiste no desenvolvimento de brinquedos científicos e criação de serviços que procure despertar, em crianças e jovens, o interesse pela ciência e seus desafios. A proposta, desenvolvida em conjunto com a Ufsc (Universidade Federal de Santa Catarina), é provocar a imersão dos cinco sentidos em experimentos lúdicos, divertidos e educativos.

Segundo a comissão julgadora, o grande diferencial de Ciência Lúdica é o uso de ferramentas inovadoras no processo educacional para promover o interesse das pessoas na ciência e na gestão ambiental. Além disso, o projeto mostrou forte caráter ibero-americano, com possibilidade de ser desenvolvido em outros países como impulso aos sistemas educacionais da América Latina. Futuramente, o projeto de Djali terá participação da Unesco, além de contribuir para o engajamento na ciência.

Estudante destaca o trabalho na educação

Para Djali, “estar nas conferências associadas à Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, cujo tema foi educação, e ter ganho o Premios Iberoamericanos a la Innovación y el Emprendimiento foi o reconhecimento de um trabalho árduo na área de educação científica. E a isso nos dedicamos, a despertar o interesse pelas ciências, por meio da educação científica. Realmente foram momentos de glória”.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 13/12/10
Assunto: UFSC inicia celebrações de 50 anos		Página: 21

ENSINO SUPERIOR
UFSC inicia celebrações de 50 anos

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) lança hoje, às 19h30min, o livro UFSC 50 Anos – Trajetória e Desafios. O lançamento, no auditório Garapuvu do Centro de Cultura e Eventos, faz parte da semana de comemorações dos 50 anos da instituição, criada em 18 de dezembro de 1960 pelo então presidente, Juscelino Kubitschek.

O livro traz acervo fotográfico e informações sobre projetos desenvolvidos nestes 50 anos.

Antes, às 17h, no mesmo local, a UFSC apresenta o DVD Encontro de Reitores 2010 e homenageia veículos de imprensa catarinenses com o Troféu UFSC 50 Anos – Comunicação.

Por toda a semana, diversos eventos celebram o aniversário da universidade. Amanhã, às 8h30min, será realizada uma sessão solene do Conselho Universitário, no auditório da Reitoria. Às 18h30min, no Centro de Cultura e Eventos, será entregue o prêmio Amigo da UFSC – Edição Especial 50 Anos, 50 Amigos. Também haverá outra homenagem, desta vez aos docentes e funcionários que se aposentaram em 2010.

De acordo com a responsável pela programação, Cleia Silveira Ramos, do Departamento de Cultura e Eventos, a escolha dos amigos foi delegada a cada unidade da universidade, que indicou um técnico e um docente para serem homenageados, todos com extensa folha de serviços prestados à instituição.

A programação completa está disponível no site www.ufsc.br.